

“QUASE SEM DAR UM TIRO”?: A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964 EM PERNAMBUCO

Thayana de Oliveira Santos (PPGH-UFPE)¹

Resumo: Durante a década de 1960 no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, os movimentos sociais assumiram um papel de destaque. Trabalhadores(as) urbanos e rurais se organizavam e questionavam a situação a que estavam submetidos(as). O Golpe de 1964 veio interromper esse processo de crescente participação popular. Contudo, os trabalhadores(as) não ficaram passivos(as) diante do movimento golpista e diversas manifestações contrárias ao golpe ocorreram, já em suas primeiras horas, sendo uma delas liderada por uma mulher, militante das Ligas Camponesas, no interior de Pernambuco. Este trabalho pretende discutir como se deu o Golpe de Estado e a reação a ele em Pernambuco.

Palavras-chave: Golpe de Estado; resistência; trabalhadores(as)

Abstract: During the 1960's in the Northeast, especially in Pernambuco, the social movements had a noticeable role. Urban and rural workers were organizing themselves and were starting to question the situation to which they were being submitted. The 1964 coup came as interruption to this process of increasing popular participation. However, the workers were not passive towards this coup movement and many different protests against the coup happened, already in the first hours, one of them led by a woman, militant in the Rural Leagues, in the countryside of Pernambuco. This study aims to discuss how did the Coup d'état came to be and the reaction to it in Pernambuco.

Keywords: Coup d'état; resistance; workers

O contexto político e a definição conceitual do golpe e da ditadura

O golpe de 1964 interrompeu um processo de mudança no país marcado pela participação dos(as) trabalhadores(as). Como consequência dessa participação e de suas demandas por um desenvolvimento autônomo e democrático, favorável à classe trabalhadora, “o modelo até então vigente passou a enfrentar contradições praticamente

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da Professora Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima. Bolsista do CNPq. E-mail: thayanasantos@gmail.com.

irreconciliáveis”.² O que justifica, segundo Abreu e Lima (2005, p.67), “as constantes crises institucionais durante o governo João Goulart”. Crise essa, que teve início com o impasse quanto à posse do então vice-Presidente João Goulart, mediante a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, quando setores conservadores da sociedade, tentaram impedir o cumprimento da Constituição por ver Jango como um “esquerdista”. Sendo assim, João Goulart só é empossado Presidente da República após o estabelecimento do regime parlamentarista, diminuindo os poderes do Executivo.

Durante o governo de Goulart, os movimentos sociais assumiram um papel de destaque. Embora sua atuação seja anterior a este período, foi na década de 1960 que as mobilizações populares se intensificaram e conquistaram maior notoriedade, sobretudo no Nordeste, onde atuavam as Ligas Camponesas desde 1955, e o sindicalismo rural começara a se consolidar a partir da década de 1960. As mobilizações se davam tanto nas reivindicações por melhores condições de vida, como nas críticas ao modelo desenvolvimentista, ou na pressão empenhada pelas “Reformas de Base”, dentre as quais a Reforma Agrária.

Os movimentos populares continuaram as suas atividades até a instauração da ditadura militar, que em 1964 deu início a um período da História republicana brasileira, marcado por um crescente autoritarismo. A partir daí, apesar da política de repressão, fundamentada nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) - levada a cabo pelo “Terror de Estado (TDE)” que, na definição de Enrique Padrós, é “um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal”³-, eclodiu uma “cultura de resistência”, expressa na crítica à ditadura. Assim, tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional, o golpe estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político.⁴ Segundo Borges (2003, p. 24), “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma

² ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005.

³ PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: FICO, Carlos. et all. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

⁴ BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano**. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-42.

concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. Tal Doutrina tem origem nos Estados Unidos e foi formulada durante a Guerra Fria.

De acordo com Carlos Fico (2004), nos últimos dias de março de 1964 intensificaram-se as atividades conspiratórias que envolviam militares, parlamentares e empresários. Estes participavam de intensa campanha de desestabilização do governo Goulart, financiadas por propagandas políticas encabeçadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Tais campanhas, ainda segundo Fico, “afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista”.⁵

Sobre a natureza do golpe dado em 1964, contra a democracia e a classe trabalhadora, numa linha interpretativa de golpe de classes, em uma concepção marxista, referencio o trabalho clássico do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, onde o autor analisa a relação dos militares com o complexo IPES/IBAD na campanha de desestabilização do governo João Goulart, entendendo que essas organizações atuaram como um partido político no sentido gramsciano. Para Gramsci, o papel do partido é preparar seus intelectuais orgânicos transformando-os em dirigentes. Assim, os intelectuais tornam-se os responsáveis pela organização dos partidos, sendo estes considerados entidades que se dedicam à formação de dirigentes para atuar na sociedade civil e política.

A ação direta dos empresários na formulação da doutrina social do IPES, evidenciada por Dreifuss, demonstra o sentido do golpe de Estado dado em 1964, que o autor deixa evidente já no título do seu trabalho “golpe de classe”. Em outro momento da obra, Dreifuss apresenta a nomenclatura “civil-militar”, para classificar a ditadura, mas também aponta o “empresarial-militar”, como forma mais precisa, tendo em vista a ação dessa “elite orgânica” no movimento político que culminou com o golpe.

A perspectiva *dreifussiana*, contudo, vem sofrendo mutações por uma nova corrente historiográfica. A interpretação de classe, feita com base em uma extensa e profunda análise empírica, vem sendo apresentada como uma perspectiva meramente conspiratória⁶ e o termo “*civil-militar*”, sendo sinônimo de *apoio da sociedade*, em um

⁵ FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

⁶ A interpretação que classifica a análise de René Dreifuss como conspiratória é feita por Lucília Delgado. Esta, além de Dreifuss, enquadra nesta mesma perspectiva Moniz Bandeira e Heloísa Starling. Ver:

sentido totalmente diferente do apresentado por Gramsci, de sociedade civil, cuja teoria serviu de base para a formulação de Dreifuss.

Mais do que demonstrar a distribuição do poder entre militares e civis, o autor classifica socialmente os tais civis. Segundo ele, empresários ou tecno-empresários que ocuparam os postos-chave do governo eram ativistas do IPES/IBAD ou industriais e banqueiros que participaram da campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Assim, afirma Dreifuss,

um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancária) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Em artigo que tem como objetivo discutir a difusão do conceito de “civil-militar” para classificar o golpe e a ditadura instaurada em 1964 no Brasil, Demian Melo⁷ remonta à célebre obra de Dreifuss para analisar criticamente as proposições, classificadas por ele como revisionistas, da historiografia contemporânea. Ao demonstrar a forma imprecisa com que a historiografia tida como revisionista utiliza o conceito de “civil-militar” em Dreifuss, Melo alerta para a “falta de critérios metodológicos fundamentais” por parte desta historiografia. Ao desconsiderar o caráter classista do “civil-militar” proposto por Dreifuss e apresentar o elemento *civil* como sinônimo de apoio de setores não-militares, estes historiadores reproduzem a ideia de que a sociedade é dividida entre militares e não-militares, ou *civis*.

Apesar de dedicar um capítulo de sua obra para demonstrar que o movimento de 1964 não foi liderado apenas por militares e criticar uma visão que superestime a ação militar, Dreifuss deixa claro, mais uma vez, que para ele o golpe de 1964 foi uma ação realizada pelos militares a favor de uma classe, quando o define como “golpe militar da classe empresarial”⁸ no posfácio do livro de Denis Moraes, “*A esquerda e o golpe de 64*”.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “1964: Temporalidades e interpretações”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois** (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

⁷ MELO, Demian Bezerra de. “Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. **Espaço Plural**, M. Cândido Rondon (PR), v.27, p.39-53, 2012.

⁸ DREIFUSS, René Armand. “Posfácio”. In: MORAES, Denis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 363.

Cabe, ainda, destacar o significado conceitual de golpe de Estado. Segundo Kalina Silva e Vanderlei Silva, entende-se por golpe de Estado “todo movimento de sublevação da ordem constitucional, toda derrubada de um regime político, em geral por elementos de dentro do Estado, principalmente as Forças Armadas”.⁹ Desta forma, subtende-se que na execução de um golpe de Estado já há a ação de elementos não militares. Segundo eles, “o golpe, em geral, é apenas a substituição pura e simples das elites no poder, quase sempre levado a cabo pelas chamadas elites orgânicas, ou seja, as elites inseridas no próprio Estado, como os burocratas e os militares” (p. 175). E, apesar de indicar que nem todo golpe é essencialmente militar, os autores esclarecem que o golpe ocorrido em abril de 1964, constitui o exemplo de um golpe de Estado militar clássico, pois foi desfechado por militares de direita.

Uma vez que consideramos, numa perspectiva marxista, que a sociedade é dividida em classes, entendemos que o golpe foi dado pelos militares em favor, e com o apoio, de uma classe: a burguesia. Sem os militares, braço armado do Estado, o golpe não se concretizaria. Assim, concordamos com o historiador Eric Hobsbawm, ao afirmar que “as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história”.¹⁰ Aqui, cabe trazer a reflexão de E. P. Thompson, que considera “classe”, enquanto categoria histórica, derivando de processos sociais através do tempo, sendo falso pensá-la como uma “categoria estática, tanto sociológica quanto heurísticamente”.¹¹

A resistência ao golpe e a violência institucional

Assim como no aniversário dos quarenta anos do movimento que culminou com o golpe de Estado e a ditadura militar, neste 2014, após meio século do evento, muitas produções novas chegaram às livrarias.

⁹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 174.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: Novos Estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 33.

¹¹ THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA Sérgio (orgs). **E.P. Thompson**: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002, p. 270.

Em seu mais recente livro, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes defendem a tese, já presente em outras publicações suas, que “o movimento armado que derrubou” João Goulart, ocorreu sem “travar batalhas”. Como dado empírico, apresentam publicações das Revistas *Manchete* (uma sem data e outra de 11/04/1964) e *Cruzeiro* (10/04/1964), ambas publicadas após o golpe e que, segundo eles, cobrem o evento “de maneira cuidadosa” e com a vantagem de, por serem publicações semanais, trazerem uma síntese clara e minuciosa, *sob o ponto de vista dos editores*. Apesar de fazer o alerta, os autores não problematizam a questão, para que se tenha uma análise mais crítica, pois a opinião de um editorial não pode ser considerada o anseio de toda uma sociedade.

Nesse aspecto cabem, ainda, as reflexões acerca da imprensa periódica. Segundo o historiador José Honório Rodrigues, citado por Lucca (2006),¹² ao considerar o jornal como uma das principais fontes, deve-se ponderar que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial”, caracterizado como ‘mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso’”. Ademais, como alerta a mesma autora, a imprensa seleciona, ordena e narra o que elegeu como digno de chegar ao público, o que exige dos historiadores um olhar crítico sobre o conteúdo da informação. Cabe, ainda, uma reflexão sobre o grupo responsável pela linha editorial e sua ligação com “poderes e interesses financeiros”, pois

jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (LUCCA, 2006, p. 140).

Ferreira e Gomes enfatizam, ainda, as fotos das Marchas da Família com Deus pela Liberdade que ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: “imensas fotos mostram como festejaram a boa notícia, jogando papel picado, das janelas dos prédios, buzinando freneticamente e carregando bandeiras do Brasil pelas ruas”.¹³ Afirmando que lenços e lençóis brancos - símbolos do principal partido de oposição a Jango, a UDN, e partido das principais lideranças ‘civis’ do movimento golpista, como Carlos Lacerda, governador da Guanabara e Magalhães

¹² LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p-p, 115-116.

¹³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 12.

Pinto, de Minas Gerais foram expostos nas sacadas e janelas dos edifícios das cidades, em apoio às Marchas que ocorriam nas ruas.

Contudo, os autores não problematizam esse fato em sua análise: as cidades mostradas pelas manchetes das revistas analisadas por eles eram governadas pela oposição à Goulart. Também esquecem que os(as) moradores(as) dos grandes prédios na área central das referidas cidades, que se manifestavam favoravelmente às Marchas, dificilmente eram pertencentes às classes menos abastada da sociedade, pois morar em apartamento no centro de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte era (e continua sendo) um privilégio para poucos.

Como bem lembram em outro momento, “pela seleção do vocabulário, pelo ângulo e tamanho das fotos, pelas manchetes e semanários, é possível analisar o que os editores das revistas desejavam informar”, porém não fazem uma reflexão mais detalhada acerca das reportagens que analisam. Assim como, apesar de citar a paralisação dos trabalhadores no Porto de Santos, Ferreira e Gomes não a consideram um exemplo de resistência ao golpe e minimizam sua atuação alegando o fato desta paralisação só ter ocorrido pela manhã, sem considerarem o fato de que os militares armados, estavam em condições bastante superiores aos trabalhadores desarmados. Na mesma linha de “falta de resistência da sociedade”, segue o recente trabalho de Daniel Aarão Reis, que considera ter ocorrido em 1964, “uma vitória fulminante das forças conservadoras”, apoiados em “amplios movimentos sociais” e “quase sem dar um tiro”.¹⁴

Apesar de, tanto Ferreira e Castro, quanto Aarão, mencionarem a prisão de Arraes, nenhum deles cita a passeata que ocorreu nas ruas do Recife e que vitimou na Capital pernambucana, três pessoas, sendo dois integrantes da passeata. Jonas José de Albuquerque Barros, então com 17 anos, estudante secundarista do Ginásio Pernambucano e Ivan da Rocha Aguiar, 22 anos, estudante de Palmares, dirigente secundarista da cidade, além de uma transeunte não identificada. Estas foram as três primeiras vítimas do golpe de Estado na Capital pernambucana.¹⁵

¹⁴ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 07.

¹⁵ Sobre a passeata em defesa de Arraes e contra o golpe ver: BURGOS, Jéssica Oliveira de. “Primeiro de Abril de 1964: a passeata estudantil contra a deposição do governador Miguel Arraes”. In: VI Encontro Cultura e Memória, 2014. Recife: **Cadernos de Resumos do VI Encontro Cultura e Memória: Golpe de 1964: Cultura e Memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014, p. 1006.

Sem falar as dezenas de outras vítimas, camponeses(as) da zona canavieira de Pernambuco,¹⁶ que não tiveram seus nomes conhecidos pela História, mas sofreram com a violência dos latifundiários e seus capangas inconformados com a dimensão que o movimento camponês tomava à época, por se sentirem ameaçados pela politização do homem e da mulher do campo, que reivindicavam seus direitos e os conquistavam aos poucos. Estes, que já eram vítimas da violência cometida por jagunços dos patrões e pela polícia, antes do golpe, viram, após este, a violência se abater de forma descontrolada já nos seus primeiros momentos. Porém, apesar de sua relevante participação na construção da História e da violência que sofreram ao propor um outro modelo de sociedade, não são lembrados por Ferreira e Gomes, tampouco por Aarão.

Gregório Bezerra, líder camponês da região da Zona da Mata Sul, dirigente do PCB, foi preso e arrastado pelas ruas do Recife, em 02 de abril de 1964. A violência contra ele atingiu limites inimagináveis. Quando se deu o golpe, em 01 de abril, ele se encontrava reunido com “mais de oitenta militantes do partido e delegados sindicais de Palmares”¹⁷ para discutir medidas a serem tomadas. Foi decidido parar o trabalho em todos os engenhos e usinas da região e convocar os(as) trabalhadores(as), ficando ele encarregado de tentar, junto ao governo estadual, conseguir armamento que garantisse a resistência.

Ao chegar a Recife e constatar a prisão de Miguel Arraes, Gregório regressou a Palmares, mas encontrou a cidade tomada pelo 20º Batalhão de Caçadores. No Sindicato de Ribeirão, “mais de duzentos trabalhadores” esperavam as armas que ele tinha ido buscar. As circunstâncias não permitiram que houvesse uma resistência capaz de se sobrepor à força militar, mas os(as) trabalhadores(as) não ficaram passivos(as) quanto aos acontecimentos e, mesmo não conseguindo as armas necessárias, houve uma tentativa de articulação, que não deve ser desmerecida. Gregório Bezerra foi preso e arrastado pelas ruas de Casa Forte, bairro de classe média, onde a população assistia às violências cometidas contra o comunista.

A forma violenta com que foram recebidos os estudantes em passeata pelas ruas do Recife e as sevícias cometidas em via pública contra Gregório Bezerra deixam claro que a violência estava na gênese do golpe, sendo uma prática inerente ao novo tipo

¹⁶ Ver: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil – 1962-1985: Camponeses Torturados e Desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

¹⁷ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 528.

de governo. Sobre essa questão, Carlos Fico (2014)¹⁸ alerta para o poder dos mitos na História do nosso país, sendo um deles, o mito da “história incruenta”, segundo o qual as transformações políticas ocorreram sem derramamento de sangue. Desta forma, tanto o golpe de 1964, como a Independência e a Proclamação da República, entre outros eventos, teriam ocorrido sem violências. Segundo ele,

o mito da história incruenta encobre a versão apaziguadora de que, no Brasil, o golpe de 1964 e a ditadura militar não foram tão violentos como, por exemplo, seus correlatos argentinos. [...] Assim como o golpe foi violento, ele também contou com o apoio da sociedade [...]. Essas duas questões se inter-relacionam: para os que apoiaram a derrubada de Goulart, deve ser tranquilizador supor que não houve violência. Mas houve violência e apoio (FICO, 2014, p. 60).

A tomada de uma rádio e uma mulher liderando a resistência

Em Vitória de Santo Antão, cidade da Zona da Mata pernambucana, local de forte atuação das Ligas Camponesas, Maria Celeste Vidal Bastos, professora primária, foi presa ao liderar os(as) camponeses(as) para resistirem. Maria Celeste, segundo Joseph Page,¹⁹ coordenava a agitação, junto com um estudante de Direito, que consistia principalmente na invasão de engenhos. De acordo com os documentos produzidos pelo aparelho de repressão do Estado, muitos dos quais produzidos antes do golpe, Maria Celeste é apontada como o “braço direito” do então Deputado Francisco Julião.

A notícia do golpe fez com que Maria Celeste e Luiz Serafim dos Santos, líderes do movimento camponês da região, convocassem os(as) camponeses(as) à resistirem e defenderem o governador Miguel Arraes, que estava sendo preso em Recife. A convocação se deu com a tomada da rádio local. Depoimentos recolhidos na Delegacia de Ordem Política e Social afirmam que a cidade foi tomada por camponeses armados com foices, enxadas e paus. Os(as) líderes conclamavam o povo a saírem em defesa de Miguel Arraes. Maria Celeste foi presa em 02 de abril e em 04 de abril a cidade estava ocupada pelos militares.

Sua entrada na Casa de Detenção se deu em 23 de abril de 1964. Maria Celeste ficou recolhida à CDR, que era um presídio masculino, até maio de 1965,

¹⁸ FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

¹⁹ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1964-1985)** Rio de Janeiro: Record, 1972, p. 194.

quando foi transferida para um presídio feminino, o Presídio do Bom Pastor, também em Recife.

Os depoimentos acerca da movimentação política em Vitória de Santo Antão, colocam Maria Celeste como a principal líder do movimento camponês. Esta exercia o cargo de professora estadual e teria sido afastada do seu cargo em janeiro de 1964, a pedido do Governo do Estado, para ficar à disposição do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado, devido aos seus “conhecimentos sobre cooperativismo”, recebendo além de seu salário de professora, uma gratificação pela nova função. Destacamos o depoimento de um jornalista do *Jornal do Commercio*, correspondente na cidade, que afirma ter sido a partir do governo de Miguel Arraes, que Maria Celeste passou a ter atuação mais “eficiente”. E que a mesma pregava em seus discursos a reforma agrária radical, mesmo com derramamento de sangue.

Apesar de ter muitos trabalhos sobre as Ligas Camponesas, poucos falam de Maria Celeste. Sua atuação foi colocada em segundo plano, pois “como tantas outras, ela não teve o merecido reconhecimento, ofuscada ante os companheiros do gênero masculino”.²⁰ Chama nossa atenção o fato de a documentação da Dops apontar o fato de seu marido “compactuar”²¹ com sua militância, o que demonstra que em uma sociedade extremamente hierarquizada, à mulher não era permitido uma participação ativa na sociedade, cabendo a ela assumir, apenas, seu papel privado, no espaço a ela destinado: o lar. Assim, como bem definiu Joan Scott, o gênero seria “uma forma primeira de significar as relações de poder”.²²

Com a consolidação da ditadura, “a tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente da idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas”.²³ O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres, variando, apenas, as formas de torturas, que iam desde torturas físicas à tortura moral. Para as mulheres, a tortura atingiu outro patamar: também nela está presente a oposição entre o masculino e o feminino.

²⁰ <http://www.celestevidal.com/#!celeste/csgz>. Acessado em 27 de junho de 2014, às 23h38min.

²¹ Prontuário nº 14042, Fundo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE-PE).

²² SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

²³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 43.

Imediatamente após o golpe, todos os que foram identificados como “inimigos internos do regime” tiveram sua liberdade cerceada e foram enquadradas numa Lei de Segurança Nacional que, de acordo com Padrós, associou o “subversivo” ao comunismo. Gerando uma vulgarização do termo, que passou a abranger toda e qualquer manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. A política do terror não foi uma marca registrada da Ditadura Militar só a partir de 1968, com o Ato Institucional Nº 5, pois já era uma prática comum àquele Regime desde o seu início. O cárcere tornou-se o lugar dos opositores do novo governo e a violência foi indiscriminadamente aplicada já no início da ditadura.

Considerações finais:

Segundo Hobsbawm (1998), o que se quer com a história dos movimentos populares “é explorar uma dimensão desconhecida do passado”.²⁴ Desta forma procuramos, neste trabalho, apresentar um aspecto praticamente não considerado, qual seja, mostrar algumas formas de resistência encontradas pelos movimentos sociais da época no momento do golpe de 1964. Assim como assinalar que foi a violência que garantiu sua consolidação já no momento inicial da ditadura, e não que esta se deu somente após o recrudescimento da repressão em 1968.

Ao fazermos estas análises destacando a atuação de uma mulher, mas houve outras, destacamos a concepção de uma “história dos movimentos populares” ou “história vista a partir de baixo”, na formulação de Eric Hobsbawm.

Com este trabalho, procuramos contribuir com a produção historiográfica atual analisando acontecimentos ocorridos nos primeiros dias do golpe em Pernambuco, tentando exemplificar que nesta região do País não só houve resistência, como os golpistas precisaram dar muito mais do que um tiro para efetivar seus intentos.

²⁴ HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216.